

REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 21 - número 41 - março 2012

vol. 21 - número 41 - março 2012

Fundação Eng. António de Almeida



NOTA EDITORIAL

O ESPÍRITO DE COIMBRA

Avassaladoramente tocados pela arquitectura mais política de Bolonha vêm-nos ao coração conspícuas palavras de Schleiermacher quando pensava a peculiaridade da Filosofia na arquitectónica universitária articulando equilíbrio e tensão. Não obstante a tonalidade idealista do título da presente Nota Editorial, e por isso o seu tom imensamente paradoxal se confrontado com as exigências do mercado, a perda do sentido do nexos nos saberes, a multiplicação dos cursos e a fragmentação das Faculdades, não é o alegado primado da Filosofia que reclamamos, mas a sua urgência “universitária”. Isto é dizer, a dimensão cosmopolita da universalidade da razão (chamemos-lhe: honrosa diversidade) que, embora exprimindo-se inevitavelmente na “in-dividuação”, jamais se torna refém do localismo paroquial cultural – quantas vezes na escola propalado sob a bandeira da especialização e da especialidade – antes se firma no terreno sólido da atenta vigilância crítica, desconstrutora, tensão de opostos, unidade na multiplicidade. Considerando que o ensino filosófico e a investigação são o fundamento de toda a actividade universitária enquanto universitária, a centralidade da Filosofia na reprodução e criação do saber a que a Universidade desde o seu início também se destina não reivindica a dinâmica do jogo, mas a da verdade. Destarte, para que a especulação não perca a sua ligação com o real, o seu influxo vital deve firmar-se na autonomia – esta ferida de novo por Bolonha – na cultura orgânica dos saberes, no equilíbrio da complexidade do real mais humano, no respeito pela sistematicidade constantemente a refazer, na dialéctica crítica da permanente vigilância, numa palavra, enfim, no nunca definitivo fio da balança que pesa o paradoxal equilíbrio e a aporética tensão, nos tempos passado, presente e futuro.

E novamente o respeito pela verdade, falta que muito estranhámos num artigo que, versando Revistas Filosóficas em Portugal (*Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 26: 2009, pp.87-94), apaga qualquer menção à **Revista Filosófica de Coimbra**. Celebrámos vinte anos de publicação – o nosso leitor mais fiel ter-se-á disso apercebido – mas aparentemente desconhece-se o “espírito de Coimbra”. Não estamos a pensar, evidentemente, no humanista Tomé Correia que

num poema – decerto não sem exagero como se faz em todas as canções – celebra o facto de os portugueses não precisarem de ir, como antanho, aprender o que por lá fora se ensinava, já que os estrangeiros demandavam agora a cidade lusitana com idêntico propósito. Sendo certo que Coimbra é ainda reconhecida lá fora por um passado que na Filosofia geograficamente falando foi autenticamente cosmopolita e literalmente internacional, e historicamente remonta ao século XVI/XVII, reivindicamos que o presente e o futuro deste espírito se assinala “aqui” e “agora” nas incontestáveis colaborações e sua proveniência e exposição geopoliticamente coimbrã, isto é dizer, conspicuamente internacional. Conjuntamente com estas, que nos chegaram de alhures e sempre acolhemos com o saber da hospitalidade, o presente fascículo abunda em original riqueza filosófica e inequívoca diversidade temática.

Precisamente originado num Seminário coimbrão, e daí certo tom de oralidade no escrito, Elisabeth Weber oferece-nos uma interpretação do filme do mais internacional dos cineastas portugueses, Manoel de Oliveira, *NON ou a vã glória de mandar* (1990), à luz de vários ensaios de Jacques Derrida, incluindo *La difference*. O que este chamara “desejo” do “reino” aparece-nos surpreendente e intimamente ligado ao temário da “glória de mandar” – atente-se em que a autora não ignora também (directamente e não só cinematograficamente) o P. António Vieira. Gesto mais espantoso ainda, o da ocasião sentida para uma reflexão (de novo com Derrida mas também com F. Kafka) sobre a crescente legitimidade da tortura, nomeadamente nos Estados Unidos, país em que E. Weber vive.

Num rapidíssimo ritmo ternário de exposição Klaus Dammann publica mais do que uma “observação luhmanniana” sobre “Human Rights Against collective Violence (observed by Niklas Luhmann’s Systems Theory)”, pois se trata de uma verdadeira introdução e quase pioneira exploração do tema. Lamentemos a ausência de uma tradução portuguesa do que poderia intitular-se *Os direitos fundamentais como instituição. Uma contribuição para a Sociologia Política* (Berlim 1965). Tal como acontece com a anterior e várias outras prestações neste fascículo, também este contributo para a *Revista Filosófica de Coimbra* resulta do aqui chamámos o “espírito de Coimbra”. Tal como sucedia com Weber, mas num horizonte assaz diverso, dificilmente agora, no caso deste artigo, poderíamos estar com tema de mais flagrante actualidade e de maior urgência filosófica: a apresentação de uma temática aparentemente menos visível nos trabalhos do sociólogo e filósofo do pensamento sistémico – a violência – articulada numa reivindicação da importância da teoria de Luhmann para a análise da mesma (num arco histórico-literário de 1965 a 1995) que nos obriga a repensar as mais comuns teorias éticas e jurídicas vigentes, e que, reforçada por dados históricos, se propõe defender a tese da consistência entre as teorias luhmannianas da violência e da maneira como a teoria dos direitos humanos tem evoluído numa sociedade mundial (lembremos que se tem atribuído a Luhmann a cunhagem deste termo).

“Direito Natural e Direito Positivo em Kant e Fichte” é o estudo comparativo sobre dois eminentíssimos filósofos em torno da construção da ideia de direito racional, a partir da de direito natural, que Óscar Cubo nos propõe. Firmando-se na concordância entre Kant e Fichte a respeito de direito natural, o autor deste artigo propõe-se, de uma maneira absolutamente clara, alcançar o seu propósito em três fases metodologicamente pertinentes: a primeira, atinente a Kant e à diferença que o autor da *Metafísica dos Costumes* estabeleceu entre direito natural e direito positivo; a segunda, centrada em Fichte e a sua doutrina do direito originário, evidenciando Cubo a determinação do corpo como elemento jurídico fundamental; finalmente, a defesa por ambos da ideia de um direito racional enquanto modelo transcendental de ajustamento das ordens jurídicas. Dados os indiscutíveis pergaminhos da Escola de Coimbra na Filosofia do Direito, mormente os oriundos da nossa vetusta Faculdade de Direito, aprez-nos acolher este contributo na *Revista Filosófica de Coimbra*, cujo Departamento parece começar a encetar uma nova e alternativa fase no quadro dessa disciplina. Isto é tanto mais relevante quanto, parece-nos, em cem anos de vida nunca Kant e Fichte – e como soam actuais as palavras deste último interpretadas como a obrigação legal de “todos abrirem mão de algo de seu” para que quem se encontre em estado de necessidade dele poder sair –, nunca Kant e Fichte, dizíamos, se ausentaram de facto dos horizontes reflexivos e programáticos dos professores do nosso Departamento.

Em “Experiência e Juízo nas Éticas Aplicadas: Fenomenologia Hermenêutica e Sabedoria Prática” Maria Luísa Portocarrero continua a sua produção no âmbito da ética e da filosofia prática, agora reflectindo sobre o que considera a explosão das deontologias no nosso tempo, sob a condução das mãos seguras de P. Ricoeur e H.-G. Gadamer, autores em que Maria Luísa é entre nós indisputada autoridade. Além do tema ser premente e “novo”, conforme a autora do estudo bem salienta, a sua hermenêutica evidencia o primado desta sobre a urgência da deontologia e o necessário corolário e apelo a que (vamos parafrasear parte do belo final do artigo) nenhum código deontológico evite ou substitua o encontro narrativo com a facticidade nebulosa e opaca da vida humana.

Difícilmente um título como o do contributo de Claudinei da Silva, “O retorno ao Mundo da Vida: Merleau-Ponty, leitor de Husserl”, poderia ser mais explícito quanto ao seu escopo e horizonte, a fenomenologia como ensaio hermenêutico da facticidade reconfigura-se radicalmente – nas palavras do autor: “gestando e maturando o sentido de uma experiência que é anterior ao simbolismo científico e ao discurso filosófico” – mediante a releitura que Merleau-Ponty fez da *epoché* husserliana denunciando certo “estrabismo” daquele método. Numa linguagem límpida o autor deste estudo atravessa alguns dos mais relevantes textos do fenomenólogo francês evidenciando a relevância de uma ontologia da Carne perpassada por uma concepção de Natureza, na qual o diálogo com Schelling desempenhou papel preponderante.

Atribuídas à freira portuguesa seiscentista, Soror Mariana Alcoforado, as muito conhecidas *Lettres Portugaises*, por sobejas vezes objecto de estudo de tantos quadrantes, recebem demorada e nova atenção por parte de Edmundo Balsemão Pires num estudo em português intitulado “ ‘J’ai éprouvé que vous m’étiez moins cher que ma passion’ – Paixão e Identificação projectiva nas ‘Lettres Portugaises’ ”. Tendo como referências a Psicanálise (Freud, Klein, Lacan, entre outros) e a Teoria dos Sistemas Sociais de N. Luhmann – que aliás Balsemão Pires vem entre nós muito bem aprofundando – como inevitáveis alternativas aos modelos da individuação provenientes das Filosofias da Existência e da Hermenêutica, avança-se uma interpretação das *Lettres Portugaises* como ilustração ficcional do código moderno do amor como paixão e da individuação do sujeito. Utilizando uma distinção luhmanniana atinente aos “meios de comunicação” em *Liebe als Passion* (1982) E. B. Pires evidencia a possibilidade de se fazer regredir em um século a pretensão do sociólogo sobre a “reflexibilidade do amor” e sua semântica, ao mesmo tempo que as Cartas atribuídas à freira bejense lhe servem de ilustração dos acoplamentos da elaboração psíquica do sentido da paixão e da identificação projectiva (tendo também aqui papel crucial T.H. Odgen e D. Meltzer) ou, do ponto de vista do modelo da individuação, das fases psíquica e comunicativa. Não vemos nenhuma reserva em declarar que estamos perante uma inovadora e original leitura do episódio literário e ficcional.

Também Henrique Jales Ribeiro avança uma leitura inédita sobre um velho ou oitocentista e novecentista problema, mas reclamando a sua actualidade, no seu “Towards a general theory on the existence of typically national philosophies. The Portuguese, the Austrian, the Italian, and other cases reviewed”. O reclame, insista-se, passa pelo sensível tópico da universalidade da filosofia, discussão que o autor aprofunda com um relevantíssimo conhecimento, tornando assim este seu estudo num marco, quer na medida em que afina a noção de “filosofias tipicamente nacionais” criticando por isso também e acertadamente algum enviesamento nos seus defensores (o que chama a tese TNP); quer porquanto pleiteia por uma alternativa entre aquela e a tese da universalidade da filosofia (chamada UP), sem deixar de denunciar com oportunidade os equívocos de uma tese relativista (RLT). Estamos em crer que a aproximação do autor deste tão bem informado estudo com a tese de S. Toulmin de 2001 e o desafio para repensarmos criticamente os pressupostos ideológicos em causa nesta polémica ainda darão que pensar.

Com o título “A assinatura ético-metafísica da experiência do cativo de Emmanuel Levinas: Uma nova orientação para a Filosofia – uma outra condição para o Humano” Fernanda Bernardo ensaia uma demorada leitura sobre as publicações de Emmanuel Levinas anteriores ao seu cativo, dadas não há muito (2009) ao prelo. A importância deste estudo – que deriva do quase ineditismo com base no qual se reforça a singularização do idioma ético-metafísico levinasiano – justificará, estamos em crer, a excepção de editarmos na *Revista Filosófica de Coimbra* um trabalho demasiadamente extenso para uma publicação periódica

deste jaez. O leitor atentar-se-á, decerto com agrado, que esta oportunidade também deu origem a uma inovação editorial – que gostaríamos de ver periodicamente retomada – qual a de se acolher a entrevista, decerto um estilo literário filosófico que nos pode remeter para os inaugurais diálogos. Entre a autora do longo artigo e Alain David entretece-se um diálogo meditado, sábio e cúmplice que deve ser lido em articulação com “A assinatura ético-metafísica”. Sublinharíamos por ora um dos dois pontos que a autora põe bem sucedidamente em relevo na sua proposta: a *experiência do cativo* como motivo pré-filosófico determinante da orientação filosófica de Emmanuel Levinas.

Tal como anunciado no anterior fascículo continuamos a publicar a tradução do *Tratado sobre a Origem das Coisas Categóricas* de Teodorico de Freiberg, por Luís M. Augusto, o que só daremos por concluído no próximo número da ***Revista Filosófica de Coimbra***. Dada a invulgar extensão do volume que o leitor tem entre mãos, tivemos de adiar algumas das habituais rubricas para o último fascículo deste vigésimo primeiro ano.

março de 2012
Mário Santiago de Carvalho